

Exclusão digital: barreira à universalização da democracia?

José EISENBERG e Marco CEPIK (orgs.). **Internet e política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. 315 p.

Rodrigo Rossi Horochovski*

Resenhas

O aperfeiçoamento e a difusão de tecnologias de informação e comunicação (TICs), antes confinadas a meios militares e científicos, acarretam implicações políticas, econômicas e culturais, constituindo novas relações, representações e significados. Seu exame tem consumido tinta, papel e bits em trabalhos amiúde de futurologistas e de nítida divisão entre “apocalípticos e integrados”. Rareiam obras que tratem o tema apuradamente, como *Internet e política* o faz. Com o subtítulo *Teoria e prática da democracia eletrônica*, traz contribuições de participantes do seminário *Internet, Democracy and Public Goods*, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2000. Divide-se em três partes: *Internet e teoria democrática*, em que se debatem as TICs em termos de participação e deliberação; *Governo eletrônico*, com experiências e possibilidades das TICs em políticas públicas; e *Exclusão digital*, cuja temática é a estratificação e a exclusão de pessoas, grupos e regiões.

Na primeira parte, James Fiskin (Universidade do Texas), em *Possibilidades democráticas virtuais: perspectivas da democracia via Internet*, debate o tema da opinião pública e de quem ela é, remetendo-se aos *founding fathers* dos EUA, que se posicionaram entre a opinião pública bruta e a refinada. A partir da última, tem-se a metáfora do filtro das instituições representativas, na delibera-

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor das Faculdades Spei, em Curitiba (PR).

ção das questões públicas. Seus críticos a taxavam de elitista e desenvolveram a metáfora do espelho, mediante assembleia representativa, limitada contudo pela dificuldade de consenso e escassez de informações, o que geraria instituições brutas. À luz dessa discussão, Fiskin propõe uma matriz que, a partir do *tipo* e *de quem* é a opinião pública, apresenta possibilidades de combinação entre participação e informação, propondo uma alternativa à ausência de debate e deliberação das atuais versões on-line da democracia: a deliberação de massas, ou o “dia da deliberação”. Neste, os cidadãos, adrede informados sobre os assuntos públicos, deles participariam diretamente, sendo as TICs condição necessária e eficiente, esbarrando-se, porém, na exclusão digital.

Em *Redes cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação política*, Rousiley Maia (UFMG) qualifica a Internet como arena conversacional em que a participação é menos burocrática e custosa. Horizontal, a rede permite uma esfera pública deliberativa nos moldes habermasianos. Mas há empecilhos: limitações de acesso, apatia política, além de seu uso por interesses centralizadores e autoritários. Tais limitações não impedem redes cívicas de politizar novas questões num ambiente de livre comunicação e anonimato, que esbate diferenças do mundo real, para o que são essenciais os movimentos sociais, capazes de organizar um conhecimento próprio, desenvolver esferas discursivas e superar a apatia. Para isso, é necessário que os atores da sociedade civil evitem o voluntarismo e busquem legitimação negociando com instâncias formais do sistema político. A tecnologia por si não fará milagres. A vontade dos atores é imprescindível.

Anna Sampaio (Universidade do Colorado) e Janni Aragon (Universidade da Califórnia) fecham a seção com *Feminismos filtrados: cibersexo, comércio eletrônico e a construção do corpo da mulher no ciberespaço*. Com fulcro no ciberfeminismo e no pós-estruturalismo de Poster e Haraway, que considera o ciberespaço não apenas extensão da mídia tradicional, mas também local de livre construção de identidades e subjetividades, e espaço de resistência à pornografia que endeusa a masculinidade, as autoras analisam *softwares* de filtragem que barram o acesso a conteúdos julgados impróprios e como eles afetam as buscas de conteúdo essencial para questões

feministas, restringindo *sites* de interesse do público feminino ou homossexual em áreas como saúde, organização e até de conteúdo político crítico. Outro problema é que, no ciberespaço, as mulheres são mais levadas a sério como consumidoras, numa objetificação cada vez maior das experiências femininas.

A segunda parte começa com o texto *Estratégias de governo eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento*. Nele, Martin Ferguson (Universidade de Birmingham) define governo eletrônico como o uso das novas TICs para otimizar os serviços de governo e incrementar a participação dos cidadãos, a partir de três impulsos: crescimento das expectativas por melhor atendimento e maior abertura dos governos; globalização e progresso tecnológico; e reforma/reinvenção do governo para incrementar sua eficácia, a informação, os serviços e a participação do cidadão. Ferguson descreve casos concretos de automação e informatização. As iniciativas de governo eletrônico, de resultados até o momento tópicos e irregulares, têm barreiras, mas também facilitadores. Exclusão digital, idade, etnia, classe social e sexo, resistências, confiabilidade, financiamento e acesso à tecnologia são exemplos de barreiras. Estratégias informadas por princípios e ações como liderança, parceria, investimento, legislação e definição de padrões podem representar elementos facilitadores.

Klaus Frey (PUC-PR), em *Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento*, preconiza estratégias para as cidades em face de mudanças econômicas e tecnológicas, com a globalização e suas conseqüências, e.g., austeridade fiscal, privatização e estabelecimento de parcerias público-privadas. Emergem duas abordagens, a neoliberal da boa governança (Bird, PNUD) para o funcionamento dos mercados; e a da governança emancipatória, em que a eficiência se subordina à ampliação do empoderamento dos grupos excluídos, das redes de movimentos sociais e da interação entre público e privado. Na visão “fraca”, de governança como eficiência, a principal barreira é a exclusão digital; já na “forte”, de mudança radical, as TICs irrompem como condição à emancipação, para o que se requerem três campos de ação: pontos de acesso público, campanhas de ensino da linguagem digital e fomento de uma esfera pública virtual. Recor-

rendo a experiências de governança eletrônica em cidades europeias, Frey discute como elas podem servir de exemplo para países em desenvolvimento. Para o autor, é essencial que as discussões influenciem o processo real de tomada de decisão.

Em *Democracia eletrônica em Bolonha: a rede Iperbole e a construção de uma comunidade participativa on-line*, da coordenadora do projeto, Leda Guidi, discute-se a necessidade de ampliação dos processos de participação e decisão junto a administrações públicas, tendo as TICs e a Internet como ferramentas de interação. O sucesso das iniciativas piloto existentes baseia-se no acesso universal a informações compreensíveis sobre atos da administração e na disponibilidade de assinaturas digitais. A autora relata ainda experiências de redes cívicas europeias e defende que se supere a mera oferta de informações, com formas eletrônicas efetivas de participação. Para tanto, deve-se evitar que a produção de significado fique nas mãos de monopólios comerciais, direcionando-a à cidadania, para o que se exige o envolvimento de toda a comunidade, e não apenas da administração.

Finalizam a seção Derek Dictson e Dan Ray (*securepoll.com*) que, em *A moderna revolução democrática: uma pesquisa objetiva sobre as eleições via Internet*, criticam os sistemas eleitorais norteamericanos por complicados, passíveis de fraudes e reduzida participação cidadã, e listam vantagens e desvantagens do voto pela Internet. Aquelas seriam melhorias quanto à participação, conveniência, economia, acesso à informação, eficiência, segurança e precisão. Várias, porém, são as desvantagens: vulnerabilidade, problemas com privacidade, autenticação e verificação, perigo de fraudes com a informação centralizada num computador, exclusão digital, etc. Para superá-las, a regulamentação é necessária, com seguras, porém caras, assinaturas digitais, além de se alterar o sistema de punições a crimes eleitorais e invasão de privacidade, e desenvolver a biométrica para identificação do eleitor.

A derradeira parte começa com *A democracia dividida: a Internet e a participação política nos Estados Unidos*, em que Anthony Wilhelm (Benton Foundation) perquire os porquês da exclusão digital e suas implicações para a democracia naquele país. O fato de mais da metade dos lares estarem conectados à web não reflete a diversi-

dade étnica e econômica dos EUA. A exclusão digital estratifica-se, não apenas quanto à renda, mas também devido a indicadores como educação, ocupação, raça e etnia, gênero, idade e geografia. Discutindo o voto via Internet, Wilhelm chega a conclusões semelhantes às de Dictson e Ray, enfatizando os interesses empresariais envolvidos e a tendência de reforço das tensões e desigualdades produzidas pela política neoliberal. O autor defende, a partir de parcerias público-privadas, o aumento no nível de investimentos e subsídios para comunidades mais pobres e afastadas, pontos públicos de acesso, treinamento de professores, entre outros.

Michel Elie (Observatoire des Usages de l'Internet – França), em *Internet e desenvolvimento: um acesso à informação com mais equidade?*, aborda como o desenvolvimento dos países afeta a difusão da Internet entre suas populações. Há uma correlação forte e positiva entre essas variáveis, além do predomínio econômico, cultural e lingüístico dos EUA. Deixada à mercê das forças do mercado, a rede tende a um tecno-apartheid mundial para cujo enfrentamento é imperiosa uma intervenção do Estado e de organizações internacionais, com investimentos em infra-estrutura, multiplicação das línguas na rede e melhorias educacionais para disseminar os usos potenciais da tecnologia.

Concluem o livro seus organizadores, José Eisenberg (IUPERJ) e Marco Cepik (UFMG). Em *Internet e as instituições políticas semiperiféricas*, analisam a economia política da sociedade da informação a partir de Arrighi e seus reparos ao modelo de sistema mundial centrado no Estado-nação, de Wallerstein. Aquele autor enfatiza núcleos orgânicos de produção de tecnologia de ponta relacionados à inovação e seu papel na transformação do capitalismo numa sociedade em rede. A semiperiferia e a periferia do capitalismo constituem as camadas onde a tecnologia, produzida no centro, é somente aplicada ou consumida. Ocorre que, nelas, o Estado também enfrenta exigências de maior prestação de contas, governança e empoderamento. As dificuldades são os déficits sociais, educacionais e na implementação de políticas, dadas a redução da base fiscal e a exclusão digital. Finalizando com otimismo, Eisenberg e Cepik defendem o acesso à Internet como direito do cidadão e propõem agenda positiva, semelhante à de Elie, para as políticas pú-

blicas na semiperiferia: estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento local, incremento da governança, *accountability* e empoderamento, educação para a economia intensiva de conhecimento e proliferação de idiomas na Internet. Para tanto, têm papel essencial os governos locais, devido ao aspecto nodal das redes.

A obra em apreço oferece interpretações e propostas de intervenção atiladas, fundadas em dados empíricos e análises de impacto que constituem denso subsídio à compreensão das implicações políticas das tecnologias informacionais, especialmente a Internet. Mais realista que a maioria das obras dedicadas ao tema, reconhece as atuais condições de exclusão digital como barreiras à universalização da democracia tendo a Internet como meio. Entretanto, é de se indagar se, vencidos os aduzidos limites, a rede se tornaria espaço de superação das assimetrias com que se defrontam os indivíduos em seu dia-a-dia e até que ponto o fato de a Internet propiciar a construção de identidades traduz-se em transformações políticas no plano concreto das relações econômicas, étnicas, culturais, etc., no limite, ao indivíduo como entidade biológica que precisa suprir necessidades. Inquire-se ainda como formas de participação e deliberação que parecem funcionar bem no plano local subsistiriam em contextos mais amplos e difusos, e.g., Estados-nação. O livro não responde a essas indagações que, de resto, não têm ainda respostas, o que não é demérito, antes virtude, posto motivar debate obrigatório à agenda de esferas e atores sociais os mais diversos.